



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0000040-11.2015.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia**
Requerente: **Eduardo Henrique Maricondi**
Requerido: **Telefônica Brasil S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DE C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter recebido cobrança da ré por serviços que negou ter utilizado, até porque nunca firmou com ela contrato algum para o estabelecimento de relação jurídica entre ambos.

Almeja à declaração da inexigibilidade desse débito.

Já a ré em contestação se limitou a arguir a validade de seu procedimento, ressaltando que o serviço disponibilizado à autora mediante regular contratação não seria gratuito.

Assim posta a questão debatida, é certo que incumbiria à ré a comprovação dos fatos trazidos à colação, seja em decorrência da regra do art. 333, inc. II, do Código de Processo Civil, seja porque não seria cabível à autora a demonstração de fato negativo.

A ré, porém, não se desincumbiu desse ônus porque não amealhou um só indício que ao menos denotasse a contratação dos serviços por parte da autora, além de não fornecer detalhe algum a esse propósito (não esclareceu, por exemplo, se foi firmado contrato escrito ou se o ajuste promanou de contato telefônico).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Aliás, sequer os serviços supostamente prestados foram declinados, não se podendo olvidar que em situação anterior semelhante à presente a ré cancelou a dívida imputada à autora (fl. 06).

Nesse contexto, nada justifica a cobrança posterior, objeto de irresignação da autora, de sorte que prospera a pretensão deduzida para que se declare a inexigibilidade do débito a ela concernente.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar a inexigibilidade do débito indicado a fl. 01, correspondente à fatura no valor de R\$ 72,97 e vencimento para 08/08/2014 (fl. 07).

Torno definitiva a decisão de fls. 09/10.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 29 de janeiro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**